

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 16 de setembro de 2019 às 07h47
Seleção de Notícias

Correio Braziliense | BR

Pirataria | Biopirataria

A Amazônia na economia natural do conhecimento	3
<small>OPINIÃO MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES</small>	

Correio da Bahia 24 horas- Online | BA

Marco regulatório | INPI

Vinhos do Vale do São Francisco vão ganhar Indicação Geográfica	5
---	---

A Amazônia na economia natural do conhecimento

OPINIÃO

MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES

Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Há um movimento em curso para mudar a linha do tempo geológico da Terra, de Holoceno, o período iniciado há cerca de 12.000 anos atrás, para Antropoceno. A justificativa é que as mudanças profundas pelas quais o planeta tem passado já nos propeliram a um novo tempo, marcado pelas ações dos seres humanos. Definir uma nova era geológica de nossa própria autoria para caracterizar o curtíssimo período em que estamos por aqui pode parecer um tanto absurdo e arrogante, considerando que as eras geológicas até agora descritas perduraram por períodos extremamente longos. Os dinossauros, por exemplo, reinaram absolutos no planeta durante 180 milhões de anos, ou 36 mil vezes o tempo da história humana até agora registrada.

No entanto, nenhum outro ser vivo alcançou a capacidade humana de subverter a escala geológica até então operando no planeta. Em curto espaço de tempo os humanos se tornaram capazes de extrair e usar de forma massiva recursos fósseis e minerais; promoveram profundas alterações nos oceanos e nas paisagens terrestres, com a expansão da agricultura e o avanço incessante das cidades; as rodovias, ferrovias e rotas marítimas e aéreas cortam o planeta em todas as direções e acentuam a ação humana em todos os lugares. Só o concreto (um símbolo do Antropoceno) consumido nos últimos 20 anos corresponde à metade de todo o concreto até hoje produzido. Portanto, mais que um significado cientificamente fundado na noção de tempo geológico, a proposição de uma "era recente do homem" tem forte simbolismo e nos alerta para os perigos da ação humana sobre o sistema terrestre.

No Antropoceno os ambientes naturais e aos seus significados para o funcionamento do planeta e para

o bem-estar dos seres vivos ganham, inevitavelmente, atenção renovada. Uma oportunidade para o Brasil, país que tem poucos competidores no quesito riqueza natural. Se usado de forma inteligente, o nosso patrimônio ambiental poderá se converter em resposta aos riscos à frente e em significativa contribuição ao desenvolvimento sustentável, que todos buscam. Por isso precisamos a todo custo evitar o duplo erro -- dilapidar o nosso excepcional patrimônio natural, em benefício de visões e interesses de curto prazo, ou tentar mantê-lo intocado, com força de polícia e cercas de arame farpado. Conhecer, manejar e extrair progresso e riqueza do nosso patrimônio natural, de forma pragmática e sustentável, é um caminho viável para ajudarmos o mundo a lidar com os males do Antropoceno e para conquistarmos um futuro melhor para o Brasil.

Ao debatermos o Brasil no Antropoceno deveríamos revisitar a tese defendida no estudo Brasil, Economia Natural do Conhecimento, realizado pela instituição britânica Demos, em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), em 2008. O estudo concluiu que o Brasil pode se tornar capaz de desafiar a lógica dominante, segundo a qual as economias baseadas em recursos naturais e aquelas baseadas em conhecimento ocupam extremos opostos do eixo de desenvolvimento econômico. E que a capacidade inovadora do Brasil pode alcançar seu auge com a aplicação da ciência e da engenhosidade de seu povo aos seus exuberantes recursos naturais. A tese ganha enorme atualidade nesse momento em que todos dependemos de soluções criativas para os problemas globais e universais que a humanidade enfrenta.

E a Amazônia é, de longe, o melhor estudo de caso para inserção do Brasil na economia natural do conhecimento. Primeiro, porque precisamos estar mais preparados a argumentar de forma mais inteligente e assertiva com aqueles que insistem que o Brasil deve

se responsabilizar sozinho, e de graça, por uma enorme fatia da proteção ambiental do planeta. Segundo, porque já vemos emergir no mundo uma nova economia de base biológica, em segmentos vitais como a agricultura, a saúde, e as indústrias química, de materiais e de energia. E a biodiversidade, a maior riqueza da Amazônia, é matéria-prima essencial para o futuro dessa bioeconomia.

É notória a capacidade do ecossistema amazônico em produzir alimentos e insumos diferenciados, como açaí, guaraná, cupuaçu, castanha-do-pará, essências, óleos, pescados, entre muitos outros. Muito falados, mas pobremente qualificados e valorados são os serviços ambientais e ecossistêmicos produzidos por aquele bioma. Além de alimentos, água e matérias-primas, a Amazônia provê regulação do clima e dos ciclos hidrológicos, fixação de carbono na vegetação e no solo, oferta de **diversidade** biológica, reciclagem de resíduos e nutrientes, dentre muitos

outros serviços. Usar a melhor ciência para qualificar e valorar tais ativos é essencial para mudarmos o rumo do debate e da gestão dos recursos naturais da Amazônia, nos libertando de opiniões e julgamentos simplórios e pouco fundamentados sobre aquele complexo bioma, que constantemente disseminados só causam perplexidade e conflito.

É, portanto, imprescindível que o Brasil organize uma grande coalizão, com universidades, institutos de pesquisa, agências públicas, setor privado, agentes financiadores e parceiros internacionais para produzir avanços concretos na descrição, qualificação e valoração dos serviços ambientais e ecossistêmicos da Amazônia. Essa é a condição essencial para construirmos políticas públicas, governança e narrativas cientificamente substanciadas, capazes de colocar o Brasil e a Amazônia no centro da emergente economia natural do conhecimento.

Vinhos do Vale do São Francisco vão ganhar Indicação Geográfica

O registro aprovado pelo **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial trará novo fôlego no mercado. O Vale do Submédio São Francisco está cada vez mais próximo de conquistar uma **Indicação** Geográfica para sua produção enológica. Os últimos detalhes documentais da proposta de solicitação da Indicação de Procedência (IP) para os vinhos finos e espumantes regionais serão avaliados em assembleia com as vinícolas da região nas próximas semanas, segundo o presidente do Instituto do Vinho do Vale do São Francisco (Vinhovaf), José Gualberto Almeida.

O procedimento é o último passo antes do envio ao **INPI** - órgão do Governo Federal que estabelece as condições de registro.

"Trata-se de um dossiê, com mais de 150 páginas, contendo informações que envolvem a área delimitada da futura IP, a comprovação do nome Vale do São Francisco como região produtora reconhecida de vinhos, bem como uma caracterização do clima, do solo, definição das variedades, produtividade, processos de elaboração, análises físico-químicas e sensoriais do produto final", explica José Gualberto, que também é presidente da Vinícola Botticelli.

Ainda de acordo com o produtor, a expectativa na região é que a IG seja aprovada pelo **INPI** no primeiro semestre de 2020. Esta será a primeira demarcação geográfica do mundo de vinhos tropicais, onde a videira é submetida a mais de um ciclo vegetativo, com mais de uma colheita de uvas por ano. No Vale, acontecem duas colheitas e meio por ano.

Força e lucratividade - O padrão das bebidas que irão receber o selo da IP será atestado por um Conselho Regulador, composto por produtores e especialistas. O grupo garantirá que sejam seguidas as regras preestabelecidas no dossiê; e somente quem atender a es-

sas normas, a cada safra, poderá utilizar o selo. Com esse acompanhamento e controle, a expectativa é melhorar as condições mercadológicas dos produtos e majorar o apelo de marketing da região produtora.

"Uma região detentora de uma IP de vinhos se torna mais conhecida e fortalecida. Aumentam o enoturismo, aliado à enogastronomia, e as vendas dos vinhos, o que possibilitará uma melhoria econômica das empresas vinícolas, bem como melhores condições socioeconômicas para a população ligada à cadeia da uva e do vinho na região", observa Giuliano Elias Pereira, pesquisador da Embrapa Uva e Vinho e coordenador das pesquisas e reuniões da IP, que aconteceram entre 2013 e 2018.

Giuliano Elias Pereira também acredita que o selo poderá atrair novos investimentos para o Vale, com a chegada de novas empresas, e fazer com que a qualidade dos próprios produtos venha a crescer com os anos.

Uvas selecionadas - Os critérios especificados no estudo a ser enviado ao **INPI** não podem ser oficialmente divulgados até o registro do órgão. Porém já se sabe que poderão utilizar o selo todos os vinhos finos e espumantes de cerca de 20 uvas *Vitis vinifera* L., elaborados por empresas associadas à Vinhovaf dentro da Região Integrada de Desenvolvimento Petrolina-Juazeiro (RIDE).

A área, de aproximadamente 35 mil km², agrega ainda as cidades de Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó, em Pernambuco; e Sobradinho, Curacá e Casa Nova na Bahia. As empresas pernambucanas ViniBrasil (Rio Sol), Vinícola do Vale do São Francisco (Botticelli) e Adega Bianchetti Tedesco (Bianchetti); e as baianas Miolo Wine Group (Terranova) e Vinum Sancti Benedictus (VSB) já poderão submeter seus produtos aos testes.

Continuação: Vinhos do Vale do São Francisco vão ganhar Indicação Geográfica

Para Giuliano Elias Pereira, o próximo passo será conquistar uma **Denominação** de Origem para áreas delimitadas dentro do Vale do São Francisco. Para mais informações, acesse www.correio24horas.com.br.

À ESPERA DO SELO

Com dulçor natural, o Terranova Moscatel pode receber a IP dos vinhos. É uma pedida para festas e em harmonizações com sobremesas

Assemblage de Cabernet Sauvignon, Syrah, Alicante Bouschet, Touriga Nacional e Aragonês, o icônico Rio Sol Paralelo 8 Gran Reserva será um bom representante da IP

Vinhos elaborados com a uva Chenin Blanc, considerada das que melhor se adaptaram ao terroir sanfranciscano, também poderão utilizar a IP

Índice remissivo de assuntos

Pirataria | Biopirataria
3

Denominação de Origem
5

Marco regulatório | INPI
5